

Tribunal de Justiça do Estado		OGE 2014							R\$ 1,00
04101 Tribunal de Justiça do Estado									
Inciso III do Art.13 da LDO nº 7.722,15/07/13									
FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi-mentos	Inversões Financeiras	Amortizaçã o da Dívida	Reserva de Contingência
02.122.1297-6252	Operacionalização das Ações Administrativas da Escola Superior da Magistratura	898.193	0	0	778.193	120.000	0	0	0
02.122.1335-1969	Implementação do Processo Administrativo Digital	221.500	0	0	220.500	1.000	0	0	0
02.122.1335-1985	Padronização dos Procedimentos Administrativos	115.500	0	0	101.000	14.500	0	0	0
02.122.1337-1987	Implementação do Programa de Segurança	11.417.869	0	0	9.720.340	1.697.529	0	0	0
02.122.1388-1979	Banco de Boas Práticas	30.000	0	0	30.000	0	0	0	0
02.122.1388-7509	Gestão e Monitoramento do Planejamento Estratégico	52.000	0	0	52.000	0	0	0	0
02.125.1332-1973	Justiça Ribeirinha	133.430	0	0	132.430	1.000	0	0	0
02.125.1335-1975	Modernização dos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Pará	57.500	0	0	52.500	5.000	0	0	0
02.126.1334-4940	Implementação de Sistema Eletrônico de Laudos Pericias	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
02.126.1335-6826	Implementação da Digitalização de Documentos do Arquivo Judiciário	51.000	0	0	50.000	1.000	0	0	0
02.126.1337-1893	Atualização Tecnológica de Sistemas do Poder Judiciário	7.092.255	0	0	7.087.255	5.000	0	0	0
02.126.1337-1988	Implementação da Centralizadora de Atendimento de Tecnologia da Informação e Comunicação - Casa Amarela	4.016.160	0	0	4.014.160	2.000	0	0	0
02.126.1337-4941	Manutenção e Expansão da Rede de Comunicação do Poder Judiciário	11.284.750	0	0	9.274.750	2.010.000	0	0	0
02.126.1337-4943	Atualização, Expansão e Manutenção do Parque Computacional do Poder Judiciário	5.984.492	0	0	545.000	5.439.492	0	0	0
02.126.1337-6247	Implementação de Sistema de Segurança da Informação	6.256.715	0	0	1.706.715	4.550.000	0	0	0
02.128.1388-4949	Implementação de Encontros Regionais	365.135	0	0	360.135	5.000	0	0	0
02.129.1335-6823	Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário	1.486.778	0	0	1.485.778	1.000	0	0	0
02.131.1334-4938	Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade	633.690	0	0	633.690	0	0	0	0
02.131.1334-7402	Implementação da Rádio Web da Justiça	883.665	0	0	483.665	400.000	0	0	0
02.302.1201-4531	Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde	13.477.340	0	0	13.477.340	0	0	0	0
02.302.1201-4944	Manutenção dos Serviços de Assistência à Saúde dos Usuários do Poder Judiciário	614.717	0	0	539.847	74.870	0	0	0

Tribunal de Justiça do Estado		OGE 2014							R\$ 1,00
04101 Tribunal de Justiça do Estado									
Inciso III do Art.13 da LDO nº 7.722,15/07/13									
FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi-mentos	Inversões Financeiras	Amortizaçã o da Dívida	Reserva de Contingência
02.331.1201-4948	Encargos com Benefícios Assistenciais	1.070.200	0	0	1.070.200	0	0	0	0
02.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	38.920.250	0	0	38.920.250	0	0	0	0
02.331.1201-6243	Auxílio Transporte	10.490.045	0	0	10.490.045	0	0	0	0
Total		860.308.689	625.537.290	0	180.850.413	53.320.986	600.000	0	0

Justiça Militar do Estado

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Processar e julgar os policiais e bombeiros militares nos crimes militares definidos em lei.

Inciso VI do Art.13 da LDO nº 7.722,15/07/13

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Constituição da República Federativa do Brasil, arts. 122 a 124.	Dispõe sobre a Organização da Justiça Militar.
Constituição do Estado do Pará, Título V, Capítulo III, arts. 168 a 172.	Dispõe sobre a Justiça Militar do Estado do Pará.
Lei Estadual nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981	Dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado do Pará.Republicado no D.O.E., de 15 de setembro de 2003
Lei Estadual nº 5.285, de 3 de dezembro de 1985.	Altera dispositivos da Lei nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981, e dá outras providências.
Lei Estadual nº 5.658, de 18 de fevereiro de 1991.	Traça o Cronograma de Instalação de Comarca Judiciárias, e dá outras providências
Lei Estadual nº 5.763, de 20 de outubro de 1993.	Modifica a Lei nº 5.658, de 18 de fevereiro de 1991, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 14, de 17 de novembro de 1993.	Modifica o Código de Organização Judiciária do Estado, criando varas privativas na área do Direito Agrário, Minerário e Ambiental.
Lei nº 6.088, de 21 de novembro de 1997.	Altera dispositivos da Lei nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981, e dá outras providências.